

Melhor olhar de frente

MELHOR OLHAR DE FRENTE

JOSÉ LUÍS FIORI

"Na Roma antiga, só votavam os romanos, no capitalismo global moderno,

só votam os americanos, os brasileiros não votam "

Faz pouco mais de um mês que Robert Cooper - conselheiro político internacional de Tony Blair - explicou, através da imprensa inglesa e brasileira, o funcionamento do novo imperialismo anglo-americano, que se globalizou na década de 1990, e que ele chamou de "imperialismo voluntário da economia global", ensinando ao mesmo tempo que neste novo imperialismo, "os países que quiserem se beneficiar devem se abrir e aceitar a interferência das organizações internacionais e dos estados estrangeiros". Agora, nesta última semana, foi George Soros quem completou a lição, ensinando aos que querem se beneficiar do "imperialismo voluntário", que também devem abrir mão do direito a eleições livres, porque ficaram inúteis. Só serão legítimas se derem a vitória aos candidatos oficiais e que contem com a benção dos agentes financeiros nacionais e internacionais.

Com esta entrevista e com a ajuda consciente ou inconsciente de um de seus ex-funcionários que trabalha transitoriamente no Banco Central, George Soros já interveio no processo eleitoral brasileiro. Mas isto não deve impedir que se olhe de frente para o que ele disse, reconhecendo e discutindo seu grão de verdade, como primeiro passo indispensável de uma resposta política e econômica eficaz. E o que ele disse, foi que no mundo das finanças globalizadas e desreguladas, os países que não têm moeda forte e dependem do investimento externo para a rolagem diária de suas dívidas privadas e públicas, não podem discutir, nem muito menos alterar as políticas impostas pelos credores. No caso brasileiro, a adoção do modelo liberal gerou nos anos 90 um passivo externo de 400 bilhões de dólares, e agora requer 1 bilhão de dólares semanais de financiamento internacional, só para girar as dívidas e sobreviver. Para simplificar o argumento de Soros, os donos deste bilhão de dólares é que seriam o verdadeiro colégio eleitoral que elegerá o próximo presidente brasileiro.

Nada disto, entretanto, é novo ou surpreendente. Basta consultar os textos e documentos centrais do Banco Mundial, e de vários outros organismos internacionais, para ver que este foi um ponto absolutamente consensual entre os formuladores iniciais do que se chamou na época, de Consenso de Washington. Quando seus mentores discutiam a badalada questão da "governabilidade", sempre a condicionaram à manutenção do que chamavam de "enabling economic environment", um ambiente em que as incertezas fossem radicalmente eliminadas com a supressão da possibilidade de mudança nas regras e instituições econômicas. Em 1993, o próprio John Williamson já dizia explicitamente - no seu artigo " A democracia e o

Washington Consensus" -, que uma condição indispensável à sobrevivência das novas democracias latino-americanas, seria que todos os atores políticos de cada país, estivessem de acordo sobre o que fosse "cientificamente" uma "boa ou correta política econômica" , de maneira a eliminar a discussão dos temas econômicos dos debates eleitorais, tornando indiferente qual partido viesse a governar. Edgard Boeninger, do Banco Mundial, chegou a propor, em 1992, um trabalho massivo de "educação econômica" das elites políticas da América Latina, para que elas aprendessem que só havia um "único caminho possível", capaz de assegurar aos investidores que a democracia não lhes traria nenhum prejuízo. Esta lição foi repetida tantas vezes, e foi tão bem aprendida, que todos os governos que adotaram o modelo neoliberal providenciaram, imediatamente, a mudança de suas Constituições e a aprovação do direito à reeleição. E todos foram devidamente reeleitos, para evitar o caos.

Mas se é assim, o que foi que George Soros disse de novo? Nada, ele não agregou nada de novo ao que já se sabia. Mas se quisesse, poderia ter dito muitas coisas novas, porque além de investidor, ele foi um observador atento e privilegiado de tudo o que ocorreu, na década de 1990. E por isto ele sabe, como todos nós, que sua "profecia auto-cumprida", nunca aconteceu na América Latina. Pelo contrário, as duas únicas eleições de candidatos de esquerda, no Chile e na Venezuela, não provocaram nenhum tipo de caos. Em segundo lugar, faltou a Soros dizer que a eleição e reeleição dos homens de confiança dos investidores e aplicadores não impediu o caos, basta lembrar que todas as crises financeiros de 1990, na Argentina; 1994, no México; 1999, no Brasil; 2001, na Argentina e agora em 2002, de novo no Brasil, ocorreram sob o mando de governos fiéis aos "interesses do mercado", e incondicionais na defesa das políticas recomendadas pelos seus credores. Em terceiro lugar - e esse foi seu pior esquecimento - Soros não disse que depois de dez anos de reeleições e de obediência ao que ele chama de "modelo econômico hegemônico", ficou absolutamente claro que o próprio modelo não funciona, e nem muito menos atende às necessidades dos latino-americanos. A década liberal de 1990, foi para a América Latina e para o Brasil, uma década de crescimento econômico absolutamente insuficiente e medíocre e de estagnação social, como disse com todas as letras o Sr. Enrique Iglesias - o eterno otimista e Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento - ao declarar, no final de 2001, que "a América Latina atravessa um dos períodos mais difíceis de sua história. Uma situação muito delicada e que pode levar a um desvio, porque o seu crescimento econômico, na década de 1990, foi decepcionante, com o agravante que a concentração de renda aumentou, e hoje, 170 milhões de latino-americanos vivem com menos de U\$2 por dia". Além de tudo isto, depois do fim da "era Clinton/Camdessus", com a desaceleração econômica mundial de 2001 e o rigor da Administração Bush, foi ficando cada vez mais claro uma última lição dos 90. É que além do "enabling economic environment", existia uma outra condição para o sucesso do modelo, que nunca havia sido mencionada pelos seus criadores, gestores e defensores. É que ele só poderia ter chance de sucesso, se os Estados Unidos concedessem a alguns países do Continente, o estatuto privilegiado e informal das "colônias

brancas" ou domínios ingleses do século XIX, como foi o caso do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia. A pobre Argentina percebeu e apostou nesta hipótese, sem compreender as regras e formas do novo "imperialismo voluntário da economia global". Foi rejeitada e afundou na catástrofe, e é por isto que se diz, com razão, que a política econômica do Sr Malan coloca o Brasil na linha de tiro da Argentina .

Como se pode ver, quando George Soros falou sobre as eleições brasileiras, esqueceu completamente suas análises e livros publicados sobre as engrenagens financeiras e com suas críticas à forma de funcionamento atual do capitalismo global. Raciocinou como um investidor, ou especulador, pensando nos seus interesses de curto prazo e deixou de lado o Soros que se propõe ser também quer um pensador crítico do sistema capitalista. Se falasse seu lado de crítico do sistema financeiro internacional, teria que ter analisado e discutido todos os ensinamentos da década de 1990, e como já fez em outras ocasiões, teria reconhecido a fragilidade e insustentabilidade, não das eleições, mas do próprio "modelo econômico hegemônico" a que ele se refere sempre com tanta ironia. Além disto, se seu objetivo fosse construtivo, teria que ter enfrentado e discutido as disjuntivas de um povo que não quer repetir a tragédia argentina mas ao mesmo tempo quer se desfazer do "modelo de estagnação auto-complacente" introduzido no Brasil pela política econômica do governo FHC. Porque este é o verdadeiro desafio, de longo prazo, a ser enfrentado pelo próximo governo brasileiro.

Evitar a catástrofe Argentina, desfazendo-se da política do Sr Malan, entretanto, não é uma tarefa trivial. E aqui não adiantam bravatas, nem tapar o sol com a peneira, muito menos anúncios apressados e subservientes de medidas destinadas a "tranquilizar o mercado", como fez sucessivas vezes, sem nenhum sucesso, o ex-presidente argentino De la Rúa. Pesa nesta direção a cegueira própria dos economistas que acreditam na existência de soluções puramente macroeconômicas para resolver um quebra-cabeças desta complexidade. Quando na verdade, só uma grande mobilização política e econômica e um pacto social amplo permitirão a desmontagem desta bomba de tempo e a construção, ainda que lenta, das bases de uma outra estratégia de desenvolvimento para o Brasil.

De uma ou outra forma, todos os candidatos presidenciais têm demonstrado consciência desta dificuldade, e o desejo de enfrentar o desafio, mesmo no caso do candidato oficial, que é inteligente o suficiente para perceber que o "pito" de Soros foi dirigido a ele, muito mais do que ao Lula. Mas há que olhar a situação de frente, porque o que Soros disse é uma descrição do "desejo dos mercados" e não um fato ou comportamento inevitável, mesmo no curto prazo. Nesse sentido, a antecipação da crise, nestas últimas semanas, teve um papel pedagógico, porque permitiu relembrar 1998, e enfrentar coletivamente a discussão do problema, em vez de sair correndo assustado atrás de um novo anjo salvador. E este é o verdadeiro motivo da "convergência programática" que tem tomado tantas e tantas páginas

de jornal, como se fosse uma grande traição da esquerda, ou das oposições, quando na verdade não foi a oposição que ficou mais liberal. Pelo contrário, foi o discurso e as críticas da oposição, nestes oito anos, que ganharam e ganharam antes mesmo das eleições. Hoje é comum ler - nos jornais e revistas - artigos de intelectuais e discursos de políticos que foram governistas e que repetem agora o que a oposição vinha dizendo há muitos anos. Neste sentido, já houve um plebiscito, e o governo perdeu, e é por isto que esta disputa eleitoral parece pouco competitiva. É porque ela já se transformou num processo complicado e simultâneo de construção de um pacto social sem precedentes na nossa história. Um pacto e uma mobilização nacional que acumule as forças necessárias para "virar a página" neoliberal, e abrir um novo caminho para o Brasil.

George Soros, FSP, 8 de junho de 2004